

Contas públicas e investimentos em infra-estrutura

SUPERÁVIT PRIMÁRIO NÃO DEVE SE DAR EM DETRIMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Um dos principais elementos do clima de confiança observada no futuro próximo da economia brasileira é sua capacidade de geração de um expressivo superávit primário. Sem que entremos no mérito das distorções do processo, objeto de nossa análise em seguida, o fato de o Brasil gerar sucessivos resultados fiscais positivos se coloca, ao lado do desempenho externo e do relativo controle inflacionário, como um dos pilares dessa nova fase.

No primeiro semestre do ano o superávit primário atingiu o recorde de 5,76% do PIB, o equivalente a R\$ 46 bilhões, superando em muito o acordo com o Fundo Monetário International (FMI), que prevê uma meta de 4,25% do PIB ao longo de 2004. Assim, há muito espaço para flexibilizar a política fiscal nos próximos meses. A tendência, portanto, para este segundo semestre é de um maior desembolso, uma vez que há margem para tanto e também dada a sazonalidade das despesas.

Em paralelo, há entendimentos em andamento com o Fundo para reclassificar os gastos de alguns investimentos, de forma que as metas de geração de superávit não representem uma restrição à sua realização. Embora indubitavelmente a iniciativa seja válida, é importante destacar que há espaço para a am-



pliação dos investimentos, mesmo dentro da sistemática atual, sem que isso represente comprometer o desempenho fiscal.

Do lado das despesas, a distorção é que a restrição de investimentos públicos se dá em detrimento do corte nos gastos correntes e do esforço em ampliar a sua eficácia. De outro modo, compromete-se o futuro do País, na medida em que investimentos imprescindíveis em estradas e portos, por exemplo, são constantemente postergados.

Do total de R\$ 12 bilhões de investimentos planejados pelo Orçamento de 2004, o governo só realizou 5,6% no primeiro semestre. O Ministério dos Transportes, por exemplo, tem um orçamento total de R\$ 2,4 bilhões para investir em 2004. Todavia, apenas

R\$ 20,2 milhões foram utilizados de janeiro a junho, ou 0,85% do total.

Essa é uma prática agravada em 2004, mas que infelizmente não é nova. Nos últimos anos os investimentos públicos têm sido reduzidos para a formação do superávit primário. Um segundo ponto decorrente refere-se à distorção representada pelo fato de que o orçamento elaborado pelo Executivo, discutido e aprovado no Congresso Nacional não seja efetivamente

executado! Mesmo os recursos oriundos das contribuições com fim específico, como a Cide, por exemplo, não têm sido aplicados para o fim que foram criados. Isso mostra que na sistemática atual o orçamento público é indicativo, mas não mandatório, nem mesmo a criação de

Na sistemática atual o orçamento público é indicativo, mas não mandatório

contribuições para fins específicos conseguem garantir o cumprimento dos gastos, no caso investimentos em estradas.

O gráfico ao lado indica o total de investimentos planejados e a parcela destes que foram efetivamente gastos ao longo dos últimos anos. Nota-se que nos últimos anos o problema foi se agravando, na medida em que houve não só uma redução dos recursos orçados para investimentos, de R\$ 18,3 bilhões em 2001, para R\$ 12,2 bilhões em 2004, uma queda de 33%, mas também a parcela efetivamente executada, de R\$ 14,6 bilhões em 2001 para R\$ 6,5 bilhões em 2003 e apenas R\$ 700 milhões no primeiro semestre de 2004.

O superávit primário é fator importante para a "confiança" no governo e na política econômica. No entanto, o aumento da carga tributária e o contingenciamento de investimentos têm prejudicado a evolução da economia do País, na medida em que se tornam fatores restritivos para a Formação Bruta de Capital Fixo, que no Brasil se encontra felizmente em recuperação, devendo atingir 20% do PIB este ano, mas, ainda em nível aquém do desejável.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, doutor em Economia pela Unicamp, é professor da PUC-SP, presidente da Soobet e autor, entre outros livros, de 'Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil' (Saraiva, 2004). E-mail: aclacerda@pucsp.br